

O professor de escola pública: desafios e perspectivas

Felix Barbosa Carreiro
USF - Universidade São Francisco
felix.carreiro@mail.usf.edu.br

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apontar a relevância do ensino da filosofia na educação básica pública brasileira. Considerando a evidência irrefutável de que o conhecimento contribui para a consolidação da consciência cidadã dos estudantes do ensino médio, na perspectiva dos cidadãos livres, éticos e críticos. Esses valores, associados aos princípios éticos, são pressupostos essenciais na aprendizagem curricular das escolas públicas de educação básica, capazes de fortalecer o propósito pedagógico e capacitar os alunos com habilidades suficientes para transformar a sociedade e sua respectiva cultura. A principal base desta pesquisa baseia-se na experiência profissional do proponente como professor de filosofia na educação básica em escolas públicas do Nordeste brasileiro. Portanto, esta pesquisa reflete nossa visão crítica e esperançosa sobre as perspectivas das mudanças que são responsáveis na formação inicial e contínua do professor dessa etapa do ensino. Defender o perfil do professor da educação básica como ser humano capaz de refletir sobre sua prática pedagógica Freire (1996). A identidade desse profissional será caracterizada por uma relação dialógica e saudável com os alunos, a fim de treiná-los para a transformação da sociedade.

Palavras-chave: Professor, Educação Pública, Prática Pedagógica.

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo señalar la relevancia de la enseñanza de la filosofía en la educación básica pública brasileña. Considerando la evidencia irrefutable de que el conocimiento contribuye a consolidar la conciencia ciudadana de los estudiantes de secundaria, desde la perspectiva de los ciudadanos libres, éticos y críticos. Estos valores, asociados a los principios éticos, son presupuestos esenciales en el aprendizaje curricular de las escuelas públicas de educación básica, capaces de fortalecer el propósito pedagógico y potenciar a los estudiantes con habilidades suficientes para transformar la sociedad y su respectiva cultura. La base principal de esta investigación se basa en la experiencia profesional del proponente como profesor de filosofía en la educación básica en las escuelas públicas del nordeste de Brasil. Por lo tanto, esta investigación refleja nuestra visión crítica y esperanzadora sobre las perspectivas de los cambios que es responsable en la formación inicial y continua del profesor de dicha etapa de enseñanza. Defender el perfil del profesor de educación básica como ser humano capaz de reflexionar sobre su práctica pedagógica Freire (1996). La identidad

de este profesional se caracterizará por una relación dialógica y saludable con los estudiantes, con el objeto de formarlos para la transformación de la sociedad.

Palabras-clave: Profesor, Educación pública, Práctica pedagógica.

Abstract:

This article aims to point out the relevance of philosophy teaching in Brazilian public basic education. Considering the irrefutable evidence that knowledge contributes to the consolidation of the citizen consciousness of high school students, from the perspective of free, ethical and critical citizens. These values, associated with ethical principles, are essential presuppositions in the curricular learning of public schools of basic education, capable of strengthening the pedagogical purpose and empowering students with sufficient skills to transform society and its respective culture. The main basis of this research is based on the professional experience of the proponent as a philosophy teacher in basic education in public schools in northeastern Brazil. Therefore, this research reflects our critical and hopeful view of the perspectives of the changes that are responsible in the initial and continuous formation of the teacher at this stage of teaching. Defend the profile of the basic education teacher as a human being capable of reflecting on his pedagogical practice Freire (1996). The identity of this professional will be characterized by a dialogical and healthy relationship with the students, to train them for the transformation of society.

Keywords: P, Public Education, Pedagogical Practice.

Introdução

À luz do pensamento foucaultiano, ousamos, através desse trabalho, problematizar a carreira profissional do professor da educação básica no Brasil. Em tempos sombrios de desvalorização da escola pública e do desprestígio docente, cumpre a este conscientizar-se das submissões ancorados em dispositivos que os impedem de constituir-se a si mesmo como sujeitos históricos e autônomos. Autossuperando-se, o referido profissional tornar-se-á livre o suficiente para desestabilizar sem ilusões, mediante gestos, sinais e atitudes quase invisíveis, qualquer sistema que ouse subjugá-lo. Diagnosticando o presente, constatamos que o professor da educação pública básica exerce suas atividades laborais num contexto escolar de desrespeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A questão que propomos é também o que afirmamos: possivelmente, esse novo profissional o qual preanunciamos possibilite subjetivações emancipatórias não obstante as tramas da biopolítica arraigadas em saberes e poderes produzidos por certas culturas e ideologias. Talvez a criação, na prática pedagógica escolar, da ontologia crítica tenha a potencialidade de desenvolver nesse profissional adequadas tecnologias de si mesmo que o permita de conhecer a verdade, transformando-o. As análises norteadoras desse trabalho foram produzidas a partir de reflexões das pesquisas bibliográficas sobre as contribuições do pensamento foucaultiano para a educação com base em autores referenciados no assunto, sobretudo as de Veiga-Neto (2007). Também constam nessa produção reflexões vindas da experiência profissional do autor enquanto professor de filosofia da educação básica pública, considerada o corpus dessa investigação.

Dentre a pluralidade de reflexões emanadas da rotina escolar, destacamos o autoritarismo e a insensibilidade dos professores em relação à realidade do aluno, bem como o desconhecimento de parte dos docentes sobre a relevância da autoformação na construção de um profissional ético e crítico. Enfatizamos que as análises: pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e reflexões da experiência profissional - convergem para o desvelamento de dispositivos políticos e culturais que ameaçam sutilmente a qualidade social da escola pública. Acreditamos na gestão democrática do ensino público básico, cujo pressuposto se assenta no diálogo, como a única política capaz de mudar a educação pública melhorando a qualidade da aprendizagem.

Desenvolvimento

As escolas públicas brasileiras, vistas de dentro, nos permitem observar o nível intolerável e cruel que os poderes públicos impõem as diversas governamentalidades designando tanto as estruturas políticas e gestão do Estado, quanto o modo de “dirigir a conduta de indivíduos e grupos” (Foucault, 1982/2014a, p. 133) implícita e explicitamente para dominar o ser humano, que chamamos de discente. Reforçando assim o “papel” da instituição escolar como unicamente direcionada à transmissão de saberes acumulados, ignorando assim a função precípua de formar sujeitos conscientes, livres, críticos e éticos. Interessa ao sistema educacional adestrar essa multidão de escolares das classes populares, mediante o sequestro de suas subjetivações, de modo a torná-los obedientes, dóceis e acríticos.

Dito de outro modo, a educação brasileira tem se transformado em mediação política a serviço da manutenção do poder político. É o sequestro da escola pública pelo poder constituído. Vale observar que para o filósofo em estudo o sujeito é constituinte e nunca constituído. Refletindo sobre essa usurpação da escola, Aquino (2014, p. 7) esclarece que para Foucault “a educação funciona como um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de subjetivar, ou seja, construir (fabricar) os sujeitos”.

O Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, instituído pelo decreto nº 10.004, visou a criação de escolas cívico-militares em todo o país. O parágrafo primeiro do Artigo 11 do referido decreto afirma que: “*a gestão na área educacional será alcançada por meio de ações destinadas ao desenvolvimento de comportamentos, valores e atitudes, com vistas ao desenvolvimento pleno do aluno e ao seu preparo para o exercício da cidadania*”. Observamos aí incongruências quanto à compreensão de gestão educacional e escolar democráticas. É que os objetivos da disciplina hierárquica militar são antagônicos aos de uma gestão escolar pública que se caracteriza pelo respeito à pluralidade. Acrescente-se a isso a imposição simbólica de subserviência como bater continência para a autoridade militar presente.

Surpreendentemente inúmeros estados e municípios brasileiros aderiram ao referido Programa alegando a possibilidade de melhoria da qualidade do ensino em suas redes, sobretudo em escolas localizadas em áreas socialmente vulneráveis. A ideia de uma gestão escolar pública compartilhada cívico-militar deixa transparecer uma educação pública voltada para os pobres com base na disciplina ensinando a obediência.

O que interessa, segundo essa política educacional, é que os alunos das escolas cívico-militares dominem os conteúdos curriculares de tal modo a sobressaírem-se nas avaliações em larga escala, inclusive no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A formação permanente do docente como estratégia para alcançar a qualidade do ensino público é desprezada.

Registramos a existência de inúmeros dispositivos de dominação em medidas, programas, projetos e políticas educacionais, mas que há resistência por parte de alguns professores em reproduzi-los e perpetuá-los. Persiste a luta da classe docente por dignidade no exercício da profissão. O espaço da sala de aula, por exemplo, inexistia, na maioria das escolas públicas, as condições mínimas de funcionamento. Como ilustração, ousou descrever a rotina em salas de aula em duas escolas públicas estaduais onde lecionei. Aquelas são verdadeiras celas de um presídio, haja vista que não há janelas. Estas foram isoladas, ao que parece, para proporcionar uma melhor refrigeração do ambiente. Ocorre que os equipamentos de ar-condicionados funcionavam precariamente por falta de manutenção. De modo que quando o calor se tornava excessivo os próprios alunos reivindicavam junto à coordenação pedagógica a suspensão das aulas.

Vale registrar as sucessivas vezes em que os alunos saíam agoniados da sala de aula para tomar água. Ao professor era exigido de disciplinar a saída dos alunos quanto a satisfação daquela urgente necessidade. A justificativa dos inspetores era para evitar que os alunos tumultuassem os corredores e se amontoassem criando balbúrdia nos banheiros da escola. Os coordenadores pedagógicos também suspeitavam de que muitos alunos liberados para beber água aproveitavam para passear pela escola, gazeando aulas. A orientação geral era de que os alunos deveriam aguardar o intervalo escolar para matar a sede e satisfazer outras necessidades fisiológicas.

Convém ressaltar que numa das escolas havia um coordenador pedagógico para cada série do ensino médio. Porém, em ambas as escolas, a cada ala do prédio escolar cujo acesso se dava mediante um portão de ferro, correspondia a um dos seguimentos da seriação, que era acompanhada por um inspetor cuja tarefa primordial era controlar a entrada e saída dos alunos na sala de aula evitando tumulto nos corredores. Aliás, numa das escolas o referido profissional detinha a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento da carga horária escolar por parte dos professores, registrando frequências e ausências. Ele tinha também a incumbência, em anuência com os respectivos coordenadores pedagógicos, de preencher os horários vagos, conforme a

disponibilidade dos professores presentes na escola que optem por antecipar o cumprimento da carga horária. Se bem que numa das escolas o professor é instado a substituir o colega porque na compreensão do coordenador a sala de aula sem professor é sinônimo de desossego na escola toda. Se bem que os professores são orientados a organizar atividades escolares para serem aplicadas em sala de aula quando de suas ausências. De todo modo, aos olhos da equipe de gestão escolar, o professor de qualidade é aquele é assíduo, custe o que custar.

Os relatos apresentados não são atípicos e, por isso, requerem uma reflexão crítica sobre a gestão escolar e sua relação com a rotina de sala em aula. Sem dúvida, o professor enfrenta o cotidiano em sala de aula desafiado por conflitos e incertezas. Não poucas vezes ele se sente impotente para resolver a contento as demandas que surgem durante a aula, tais como: indisciplina e palavrões. Por isso, o professor necessita que a gestão escolar possa garantir profissionais que os auxilie. Talvez uma equipe multidisciplinar, sendo indispensável a presença de psicopedagogos. Contudo, assumimos que muitos problemas estão para além do repertório do professor e dos demais profissionais da educação. Estamos falando da possibilidade de que o baixo desempenho de alunos das escolas públicas seja atribuído às condições socioeconômicas precárias das famílias e da desestruturação dessas. Os alunos adentram a escola com uma carga de problemas. Mesmo em condições socioeconômicas desfavoráveis, cabe registrar, os pais ainda incentivam os filhos a frequentarem a escola. Os professores da educação básica pública podem contar com essa parceria com vistas ao sucesso do aluno.

Há evidências irrefutáveis sobre a influência da pobreza no rendimento escolar, que apontam as desigualdades sociais como ameaça à qualidade social da educação pública, haja vista que os alunos das classes populares têm dificuldades de acesso aos saberes e bens culturais como: aquisição de livros, viagem turística, visita a museu e livraria etc. Mas, há uma luz nessa sombria realidade que é a presença de multidões de jovens e adolescentes nas FEIRAS DE LIVROS públicas e nas FEIRAS DE CIÊNCIAS ESCOLARES. Estas possibilitam o desenvolvimento da criatividade do aluno revelando suas potencialidades. Quanto a primeira, sabemos o quanto o contato com os livros é importante para a formação de futuros leitores. Talvez, uma das funções mais dignas do professor da educação básica seja incentivar e mediar as competências leitoras entre seus alunos. Seria um mecanismo pedagógico de elevação do capital cultural em nossa sociedade ainda tão carente de práticas e hábitos de leitura.

Depreendemos que o professor, sobretudo da educação pública básica, é pouco estimulado ao cultivo da habilidade leitora. Cabe a reflexão: quantos livros da literatura brasileira o professor da educação lê ao ano? E persiste o questionamento: poderia o professor incentivar o aluno a ler se ele próprio, por diversas razões, não gosta de ler? Por isso, defendemos que as bibliotecas escolas sejam também públicas, ou seja, disponíveis às comunidades nos três turnos. De modo a acolher e formar os cidadãos, sobretudo os jovens trabalhadores, que não pertencem aos sistemas escolares. A democratização da escola pública necessita de ser alcançada nas bibliotecas escolares de qualidade.

Advertimos sobre a necessidade de o professor da educação básica dominar as tecnologias eletrônicas e digitais para elevar o interesse dos alunos pelos conteúdos disciplinares. Sabemos que o uso da internet para fins de pesquisa em sala tem se tornado uma ferramenta de aprendizagem e contribui para a formação integral do educando. Em tempos de cultura digital, não seria sensato ao professor vetar a utilização do aparelho celular em sala de aula por parte dos alunos. Ao contrário, considerando que a maioria dos alunos o possui, deve-se valorizá-lo em sua dimensão formativa e de maneira interdisciplinar, por exemplo: criação de vídeos e de sites, fortalecer a comunicação, pesquisa exploratória...

Assim, reiteramos que o professor da educação básica na contemporaneidade destacar-se-á profissionalmente por ser criativo, pesquisador e produtor. É recomendável que as questões de qualquer natureza que forem levantadas pelos alunos sejam satisfatoriamente respondidas pelos alunos, haja vista que estes demonstram maior interação e conhecimento sobre as novas tecnologias do que a maioria dos professores. Pesquisadores apontam como revolucionária a formação de comunidades de aprendizagens nos sistemas educacionais. No atual contexto de fragmentação e hierarquização das disciplinas curriculares torna-se utópico tais iniciativas virtuais de compartilhamento didático-pedagógicos.

O sistema de ensino público necessita reinventar o currículo escolar, de modo que, ao inserir a temática das tecnologias na educação, professores e alunos sejam beneficiados com a possibilidade de sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Evidentemente que implica investimentos em equipamentos, mas também a garantia de conectividade nas escolas públicas, pois,

a sociedade quer que as escolas formem cidadãos, com visão de futuro, com

capacidade de enfrentar novos desafios profissionais. Para isso, na condição de mediadoras na leitura crítica da informação, a escola e os professores precisam abrir-se para outras linguagens, outros saberes (LIBÂNEO 2006, p. 39).

Retomamos a ideia de professor reflexivo para questionar sobre a preocupação ou não do educador resistir à dominação introyetada pelas tecnologias disciplinares no cotidiano da sala de aula. Na verdade, são raros entre os professores aqueles que se manifestam criticamente em relação às injustiças sociais que sofrem os alunos das escolas públicas. A indiferença predomina. Talvez essa atitude se justifique pelo sentimento de desencantamento em que muitos professores de escolas públicas se encontram, desde o desestímulo em relação aos baixos salários, o desprestígio social e o adoecimento em razão do acúmulo de funções.

Admitimos que a mudança na educação pública seja antecedida pela mudança de mentalidade de toda a comunidade educativa, sobretudo do professor. O antídoto para tanto é a gestão democrática que pressupõe o diálogo e participação. Consideramos primordial que o professor melhore cada vez mais sua expectativa em relação ao sucesso do aluno de escola pública. Sobretudo reconhecer que ele é capaz de aprender. Ora, se analisarmos os memoriais, muitos professores, como dissemos anteriormente, possuem não somente talentos, mas também são vocacionados para o magistério. Contudo, o professor é um ser humano e, nessa condição, está exposto a enormes dificuldades impostas pelas fragilidades, inclusive de, segundo Freire (1987), abrigar o opressor dentro de si, projetá-lo no aluno em forma de autoritarismo, afetando-o. Em relação ao impacto dessa ação humana na vida do aluno, assim de expressa o citado educador,

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca. (FREIRE, 2002, p. 25).

Reconhecemos, por justiça, a paixão da maioria dos profissionais do magistério da educação básica pública pelo ensino. Muitos gostam de ensinar. Imaginemos um professor preparar com zelo uma aula e não conseguir ministrá-la por conta da indisciplina dos alunos. É desanimador. Ademais, estatísticas apontam para o número crescente de professores em situação de adoecimento, inclusive psicológico. Talvez seja

oportuno refletir à luz do pensamento foucaultiano sobre o que nós educadores estamos fazendo de nós mesmos. Ou seja,

Pensando com Foucault, o educador precisa adestrar-se a si mesmo. Se quisermos dizer como Ranière de O Mestre Ignorante, o educador precisa emancipar-se a si mesmo, para que sua atividade docente possa ser um ato de emancipação e não embrutecimento. Apenas se emancipado, exercitado em si mesmo, o educador poderá estar apto para um processo de subjetivação que insiste em que cada um adegue-se a si mesmo. (AQUINO, 2014, p. 21).

Acreditamos na análise filosófica crítica como método legítimo para pensar a problemática que envolve o professor, ao refletir a educação pública básica a partir da possibilidade de um novo pensamento e, conseqüentemente atuando como um antídoto contra posturas autoritárias, individualistas e conservadoras. Ademais

A ontologia crítica foucaultiana não se quer nem uma doutrina, tanto menos um conjunto de contrassaberes, mas tão somente uma atitude constante de suspeição em relação àquilo que somos ou que, por excesso de convicção, acostumamo-nos a pensar que somos – no caso educacional, cumpre-nos lembrar, guardiões da retórica tão estereotipada quanto abstracionista da educação como progresso, emancipação e felicidade das massas (AQUINO, p. 98, 2014)

O citado autor parece pessimista, contudo, cabe a questão: como seria possível o discurso de educação pública emancipatória num país injusto e desigual? Reafirmamos que um outro pensamento é possível. Começando pela consciência que somos seres em construção e contingentes, embora livres o suficiente para assumirmos os assujeitamentos, criando assim atitudes de contracultura. No caso de um professor de escola pública presenciar o coordenador pedagógico humilhar com preconceito racial um aluno, seria adequado enfrentar aquele "profissional"? Talvez, coerente com o pensamento de Foucault, fosse sensato que o professor resistisse em silêncio de indignação ética e, na sala de aula o professor o tratasse com respeito e agir sem juízo de valor.

É inadmissível que em escolas públicas se despreze a pluralidade de ideias. É por esse e outros motivos que há quem se pergunte se a escola está falida ou é preciso reinventá-la. Diríamos que o professor também precisa reinventar-se a começar pela renúncia à "autossuficiência" - o dono da verdade-. O professor da educação básica

pública necessita também de reexaminar criticamente o processo avaliativo no contexto de formação emancipatória do aluno. Evitando, por exemplo, a avaliação como ferramenta “pedagógica” classificatória que termina por excluir muitos alunos do sistema educacional, reforçando a desigualdade. O que defendemos é uma escola pública básica de qualidade para todos não para uns poucos privilegiados.

Há professores da educação pública básica que confundem autoridade com autoritarismo. É uma atitude antieducativa porque os pais devem ser considerados como parceiros da escola e dos professores na árdua missão de formar as novas gerações desde a infância, inclusive, conforme Gadotti et Al (2018, p. 15) “impulsionar nossas crianças pela busca pessoal e pelo autoconhecimento, de forma crítica”. Significa que a relação professor-aluno necessita de interações sólidas e construtivas. Ou seja, refletir sobre o sentido do “ser” profissional que exige relações humanas afetivas no trato com os alunos. O professor da escola pública básica deve tomar consciência de que, no processo de ensino e aprendizagem, o aluno é o protagonista. Ainda mais que a educação pública se assenta numa educação popular e democrática. Assim, a função do professor é também de um “gestor social do conhecimento” Gadotti et Al (2018, p. 16). Somos do parecer e assumimos de que o professor ensina aos alunos pelo testemunho e a paciência. Se compreendermos a escola pública como espaço plural havemos de concordar que a atuação do professor deve estar pautada no espírito colaborativo. Reitero a função social do professor da escola pública que é contribuir com a formação de adolescentes, jovens e crianças das classes populares que clamam por dignidade, justiça e equidade. Portanto, o bom professor é aquele que cultiva a bondade de coração culminando na sabedoria de equilibrar ternura e vigor, talento de vocação. É claro que os alunos, muitos carentes em todos os sentidos, sentir-se-ão atraídos pelo perfil desse professor. Além do imperativo ético de repensar sua dinâmica, o professor exerce uma função de mediador Gadotti et Al (2018), este deve habilitar-se à utilização das mídias digitais. O autor citado ressalta ainda que é papel do professor “despertar, estimular e impulsionar como crianças por busca pessoal e pelo autoconhecimento, de forma crítica” Gadotti et Al (2018, p. 15). Admitimos o fracasso da maioria das escolas públicas de ensino público básico e que, atualmente, no país os avanços em aprendizagem são muito lentos, concordamos com (Arroyo, 2000, p. 34) de que “O fracasso escolar é uma expressão do fracasso social”.. O que necessitamos é de uma educação pública com qualidade social, na qual o sujeito permaneça, produza conhecimentos e saberes, aprenda e tenha sucesso pessoal e profissional. Então, cabe a questão: quem poderia ser o possível protagonista dessas

mudanças necessárias? Acreditamos que esse agente de mudanças é, primordialmente, o professor com qualidade profissional. Antes disso, porém, havemos de criar condições para que o professor exerça com dignidade sua profissão, além de garantias de uma sólida formação inicial e continuada. Considerando o aluno como ser histórico e, portanto, dotado da capacidade de aprender continuamente, talvez devêssemos exigir do professor vigilância ética e epistemológica o suficiente para não apontar o aluno de escola pública como única causa pelo insucesso escolar. A ideia de que o sujeito é ontologicamente um ser social e que necessita da cultura para desenvolver-se é compartilhada entre o pensamento do educador Paulo Freire (1996). Mas também advertimos que também os profissionais da educação não podem ser cobrados pela deterioração do ensino público. Ao contrário, a função precípua do professor é de formar as futuras gerações. Aliás, há professores, sobretudo das escolas públicas, que se questiona sobre quais procedimentos didático-pedagógicos poderiam criar para melhorar a qualidade do aprendizado escolar. Refletem sobre as razões porque eles ensinam e os alunos não aprendem. Nossa hipótese é de que uma das causas desse fenômeno educacional esteja mesmo no próprio professor, que necessita redimensionar a prática pedagógica adequando-se as especificidades da pós-modernidade. Nesse sentido, admitimos que a improdutividade do professor esteja associada a diversos fatores, tais como: condições precárias de trabalho, baixos salários, baixa autoestima em razão do desprestígio social, doenças associadas à profissão, à falta de apoio do poder público e, até mesmo desanimado por considerar que não vale a pena dedicar-se à escola pública. Sem correr o risco de idealizar a função do professor como mero “sacerdócio”, conforme adverte o patrono da educação brasileira Freire (1996), em quaisquer que sejam as circunstâncias, o professor/educador tem a potencialidade ser guia na vida de crianças, adolescentes e jovens. Desse modo, essa pesquisa pode ser considerada inconclusa, no sentido de que a formação do professor é um processo contínuo. E necessita de políticas públicas efetivas de valorização do professor da educação básica. Ainda mais que na contemporaneidade surgem cada vez mais demandas dessa sociedade que denominamos do conhecimento. Ainda é insuficiente nos programas de formação do professor de ensino básico discussões sobre a utilização das tecnologias como ferramentas para a melhoria do aprendizado escolar e rendimento do aluno. Ainda necessita assimilar que os alunos da escola pública, mesmo vindo de classes populares, são nativos digitais Libâneo (2006) e, portanto, reconhecer que o aparelho celular faz parte da vida deles. As novas tecnologias são aliadas também da gestão escolar na busca

de uma educação pública com qualidade social. Acabamos por concluir que o professor da escola pública refletir continuamente sua prática pedagógica e avaliar-se a necessidade de qualificar-se como profissional.

Conclusão

Cumpre-nos assumir que a garantia de igualdade e equidade quanto ao acesso, permanência, sucesso e aprendizagem do aluno na escola pública dependem em grande medida do compromisso do professor com a educação. Concomitante a essa atitude, esse profissional é continuamente provocado a refletir sobre sua prática pedagógica, sendo capaz de avaliar se as ações no cotidiano da sala de aula contribuem para a formação do educando.

Acreditamos que o professor com aquelas características terá consciência de que é responsável por educar o cidadão ético e livre. Capaz de transformar o mundo. Cabe ao professor orientar o aluno para o exercício democrático a partir da participação nos movimentos da comunidade escolar. A consciência política é inerente à formação cidadã. O próprio professor deve dar o exemplo ao cumprir com responsabilidade as ações específicas da profissão. O professor educa pela paciência e pelo exemplo.

Defendemos que os gestores públicos têm o dever de garantir as condições dignas para que o professor exerça com qualidade profissional as funções pedagógicas. A primeira é garantia de uma gestão escolar, que seja ética e democrática. Essa é relevante para a cidadania porque valoriza a participação dos alunos e dos pais dos alunos na escola, respeitando as opiniões dos componentes do Colegiado Escolar.

O professor é instado a criar ações inovadoras no processo de ensino e aprendizagem priorizando metodologias, estratégias e sequências didáticas que gerem um aluno ativo, autônomo e protagonista das aprendizagens. Todo esse processo precisa ser continuamente avaliado no ambiente escolar. Sustentamos que o provimento de gestor escolar escolhido com a participação da comunidade educativa impulsiona a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Por isso, é relevante pesquisarmos a repercussão das políticas de avaliação sistêmica nos processos formativos da educação pública básica, tendo como referência a gestão democrática escolar. À luz do contexto histórico das políticas educacionais

identificamos evidências de práticas pedagógicas inovadoras potencializadas por ações da gestão escolar pública.

Reconhecemos como legítimas as críticas de pesquisadores sobre a relevância dos condicionantes socioeconômicas na aprendizagem escolar, considerando que inúmeras escolas públicas localizadas em circunstâncias de vulnerabilidade social, apresentam aprendizado para além do esperado em avaliações externas, indicando melhoria na qualidade do aprendizado. No entanto, chamamos atenção que tais experiências exitosas, são exceções. O que defendemos é uma escola pública básica de qualidade para todos não para uns poucos privilegiados. Por isso, registramos a seguinte advertência,

Mesmo adotando os princípios dos estudos sobre eficácia de ensino, nos quais a escola pode fazer a diferença, deve-se ter o cuidado de não a apresentar como a grande salvadora da sociedade, capaz de combater sozinha a desigualdade social e isolar os impactos das condições socioeconômicas e culturais dos alunos sobre sua aprendizagem (MESQUITA, 2012, p. 11).

Concordamos que cabe ao Estado investigar as políticas educacionais quando estas não contribuem para a melhoria da qualidade da educação pública, inclusive recorrendo aos resultados das avaliações em larga escala. Nesse sentido, consideramos viável analisarmos algumas políticas de avaliação em larga escala no intuito de descobrirmos nas mesmas indicações de melhoria da qualidade da educação pública. Nesse contexto de estudos sobre a possibilidade de aprendizado dos alunos pertencentes a escolas públicas em situação de vulnerabilidade social, cabe considerar a influência dos fatores socioeconômicos das famílias que, para além de uma compreensão questionável sobre a educação como redentora, ainda creem na escola enquanto ascensão social para seus filhos.

Obras consultadas

AQUINO, Rego. **Foucault pensa a educação: o diagnóstico do presente**. São Paulo – Editora Seguinto. 2014 - São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 24. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Cultura, Jovem, Mídias e Escola: o que muda no trabalho nos professores?** *Educativa*, v. 9, nº 1, 2006. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/73>. Acesso 26 mar. 2019.

MESQUITA, Silvana. **Os resultados do Ideb no cotidiano escolar**. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 20, n. 76, p. 587-606, 2012.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 191p.